

ALGUMAS NOTAS SOBRE O SIGNIFICANTE, O
ACONTECIMENTO E A SINGULARIDADE

JOSÉ GUILLERMO MILÁN-RAMOS ¹
LAURO JOSÉ SIQUEIRA BALDINI ²

Giovanni Drogo, um jovem soldado, é enviado para o Forte Bastiani, uma fortaleza quase inacessível frente a um deserto desolado e misterioso de onde todos esperam a vinda dos inimigos tártaros. Lá, na violência toda dos elementos, Giovanni vive na expectativa da aparição dos bárbaros que virão por esse deserto, embora há séculos não se tenha sinal de vida no horizonte. Giovanni vai ficando velho nessa espera, até que um dia uma movimentação longínqua lhe renova a esperança de glória. Os bárbaros estavam chegando.

Seu comandante, porém, ordena que ele vá embora, e dê lugar a soldados mais jovens. Drogo se vai, e sozinho num quarto de hospedaria qualquer, deixa de viver.

Essa é a história do livro “O deserto dos Tártaros”, de Dino Buzzati, que Antônio Cândido interpretou como um “romance de desencanto” que, porém, traz um “caso paradoxal de triunfo na derrota”.

Para Cândido, por sua morte nobre e solitária, Drogo se redime e justifica sua vida toda.

No entanto, o livro apenas descreve assim a morte do soldado: “*Em seguida, no escuro, embora ninguém o veja, sorri*”.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, tentaremos desenvolver algumas reflexões sobre a questão da singularidade, relacionando-a com outros nós teóricos, basicamente o significante e o acontecimento, os quais se situam, se não estamos compreendendo mal, na primeira linha de debate na conjuntura atual da Análise do Discurso no Brasil. consequentemente, nossa abordagem coloca-se no espaço teórico que se constitui na articulação entre o materialismo histórico, a teoria do discurso e a lingüística, atravessados por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, pressupondo que

¹ Mestrando em Lingüística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Professor da Universidad de la República (Uruguai). Projeto apoiado pela CAPES. E-mail: milanx@iel.unicamp.br

² Doutorando em Lingüística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Projeto apoiado pela FAPESP, Processo no. 98/16450-3. E-mail: baldini@iel.unicamp.br

qualquer reflexão neste campo sempre, por princípio, toca todos estes saberes e deve estar exposta a eles.

Qualquer lugar parece bom para iniciar uma reflexão sobre a singularidade. Escolhemos partir da seguinte tese marxista:

“Os indivíduos são suportes para funções determinadas e fixadas pelas relações da luta de classes”

O caráter anti-humanista desse postulado é visível em si mesmo. Com ele, Marx renega qualquer possibilidade de se pensar um sujeito auto-consciente que se determina a si mesmo e, portanto, é capaz de fazer sua própria história. No campo teórico a que nos filiamos, essa afirmação se conjuga com o conceito de forma-sujeito, já que, para Althusser, *“todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se revestir a forma de sujeito”* (Althusser 1973: 77). E, aqui, o revestir-se da forma de sujeito significa a submissão à forma de existência histórica do indivíduo, ou seja, o assujeitamento à ideologia. É só assim que se pode entender a afirmação fundamental da Análise do Discurso³: *não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia*. Portanto, o sujeito é agente, mas agente *na* História, e não agente *da* História.

Na sua indeterminação, uma das possíveis leituras dessa formulação (*“os indivíduos são suportes para funções”*) é a de que ela não permite pensar a História e, ao mesmo tempo, a singularidade. Pode-se interpretar essa tomada de posição como a negação do movimento do sujeito e do movimento do sentido: *ritual sem falhas*. Sua singularidade nunca estaria em causa, pois o sujeito nunca passaria de um portador transitório de uma força que o sobrevoa e deledezenha.

De nossa parte, se compreendemos bem o que está em jogo nessa interpretação, julgamos que tal visão (isto é, de que dita afirmação de Marx não dá lugar à “singularidade”) só pode levar a um estranho lugar onde, de alguma maneira, o sujeito ressurgue como fonte de si mesmo, capaz de sair da História, vê-la em sua totalidade e, a partir dessa *lapalissade*, encontra os meios próprios de agir. Em uma palavra, é capaz de *intencionalidade*.

Querendo pensar a singularidade sem deixar de considerar a História um processo sem Sujeito(s) nem Fim(ns); querendo evitar uma concepção de Língua como um mero sistema de formas à disposição de um sujeito falante que a utiliza, propomo-nos a pensar o jogo dessa contradição entre a força do presente e a resistência do passado, contradição entre estrutura e acontecimento. Isto é, pensar desde um interstício instável - sem atribuir ao acontecimento o poder de esfumçar completamente a estrutura e sem conferir à estrutura o caráter violento de uma força que subjuga qualquer acontecimento.

Propomos agora levar em conta a seguinte afirmação de Orlandi (1999): *“(...) se, de um lado, há imprevisibilidade na relação do sujeito com o sentido, da linguagem com o mundo, toda formação social, no entanto, tem formas de controle da interpretação, que são historicamente determinadas”* (p. 10). Em princípio, destaquemos que esta afirmação preserva a contradição entre o imprevisível e o

³ Doravante, AD.

determinado, o estruturante e o estruturado. Como toda boa formulação teórica, merece ser levada ao limite, para que nela se vejam possíveis caminhos. É o que pretendemos fazer aqui, uma leitura que nos leva a algumas possíveis consequências.

A MATERIALIDADE DO VALOR PURO

Se não compreendemos mal, Milner (1978) tenta um resgate, para a instância empírica, do conceito saussureano de *valor puro*, quando sustenta o seguinte:

“Mediante determinados procedimientos se puede, sin duda, expulsar el equívoco. Si es por el sonido como se constituye, recurrir al sentido; si es por la escritura, etc. En síntesis, apoyarse en el hecho de que hay estratos. Se planteará, entonces, que los fonemas articulan las palabras y las distinguen; que las palabras articulan los grupos; y los grupos las frases. Mediante esas operaciones se introducen tipos y órdenes, de una manera tan parecida al método russelliano que se podría creer que este último es una simple repetición de lo que los gramáticos siempre habían sabido. Entonces, así como las paradojas consisten simplemente en confundir los tipos, lo mismo el equívoco se resuelve en un fantasma nacido de la indebida conjunción de varios estratos: el equívoco estalla en univocidades combinadas” (p. 20)

Esse abandono, efeito de uma demanda de língua não equívoca, não falaria somente da Lingüística; em princípio, cada uma das disciplinas empíricas que se constituíram em ressonância com a Lingüística hão de acusar, mais cedo ou mais tarde, o efeito desse abandono.

A AD sempre lidou com uma língua saussureana. Na ambigüidade dessa formulação a AD se tem debatido - em princípio: qual Saussure?⁴ Não pode ser o

⁴ O sentido que, para nós, tem essa pergunta –qual Saussure?– é a de um *retorno daquilo que incomoda*. Um “desconforto” que Pêcheux foi sentindo e enfrentando em sucessivas reformulações e retificações, que queremos “condensar” aqui trazendo essa pergunta: qual Saussure? Como se alguma coisa não resolvida em relação a Saussure estivesse subjacente ao processo teórico de Pêcheux. Como se uma leitura de Saussure levasse fatalmente ao “narcisismo da estrutura”, ao “ritual sem falhas”, e como se o *Cours de Lingüistique Générale*, esse esquisito livro que se desconstrói a si mesmo, desse elementos para pensar outra estrutura que não fosse essa.

O “narcisismo da estrutura”, isto é, o problema da origem, determina-se para a AD como o problema da origem do sentido. E, em razão do desenvolvimento das disciplinas e de sua própria constituição, a AD encontra um espaço de respostas próximas para esse problema na reflexão sobre a diferença, fundada por Saussure, na Lingüística, no conceito de valor puro. Se chegamos até aqui, possivelmente pode-se trazer e ligar aquilo (de Paul Henry) da natureza filosófica da questão do sentido, isto é: Saussure sempre incomodará, Saussure sempre retornará.

Finalmente: a retificação de Pêcheux a respeito do “narcisismo da estrutura” e do “ritual sem falhas” se desenvolve basicamente, em grande parte, como uma retificação em torno do conceito de estrutura, que atinga não somente o conceito de língua – problema que a AD vem resolvendo antes e melhor - mas também outros espaços de seu complexo objeto, onde os dilemas têm ganho um alcance e duração maior (todo complexo com dominante). E aí a reserva de materialismo que se aninha no conceito de valor puro deixa de ser patrimônio exclusivo da Lingüística (a Psicanálise lacaniana já o compreendeu assim). Tudo indica que o dilema do “narcisismo da estrutura” já assoma lá, em 1906 ... 1911, nos cursos de Saussure, e, em 1975, está

Saussure que aloja o sentido no signo lingüístico, porque para a AD o sentido está na história, ou melhor, no lugar de embate (lugar discursivo) da língua e da história. Pêcheux (1983:50) determina de que língua quer falar, isto é, que conceito de língua escolhe para a complexa construção de seu objeto, o discurso: “*Isto é, nem linguagem, nem fala, nem discurso, nem texto, nem interação conversacional, mas aquilo que é colocado pelos lingüistas como a condição de existência (de princípio), sob a forma de existência do simbólico, no sentido de Jakobson e de Lacan*”. A língua, então, fica no lugar do significante, concebendo-se que seu próprio princípio, o valor puro, desconstrói a estabilidade significado/ significante, aquele desejo de língua não-equívoca. Não há ali dois estratos que ficam amarrados e juntos para constituir uma ordem positiva.⁵ Desse modo, o equívoco não atua como uma operação posterior e desviante sobre o signo, mas, ao contrário, ele está sempre-já-lá no funcionamento da linguagem. E devemos agregar: qualquer fixação significante-significado é discursiva (a língua entre o significante e o discurso).

Neste ponto queremos introduzir algumas formulações que a leitura minuciosa encontrará pouco determinadas, não totalmente precisas; logo trataremos de interpretá-las:

- (i) A Lingüística trouxe para o lugar da cientificidade da linguagem dois conceitos fundacionais desse lugar, a *forma* e o *valor*; a AD, do mesmo modo, trouxe para esse mesmo lugar um terceiro elemento, a *materialidade (do sentido)* funcionando sob o princípio do “todo complexo com dominante”. Na conjunção e choque desses dois espaços, o do valor e o da materialidade, está um lugar onde se resolvem – ou onde param de se resolver – alguns dos dilemas atuais da AD.
- (ii) Sempre algo da diferença, do valor puro (funcionamento material) se foi diluindo quando a instância empírica foi constituindo como evidências positivas certos fenômenos e certas unidades (esquecimento do primado material de uma negatividade sobre uma positividade).⁶

O trabalho de Orlandi (1996) se colocou no centro desses dilemas quando se referiu à *forma material*, para dar-lhe um lugar teórico proeminente na AD, compreendendo o deslocamento da organização (da língua) à ordem (do discurso). Essa formulação - forma material -, essas duas palavras juntas condensam, se não estamos compreendendo mal, um espaço de formulação teórica desafiante, pouco pacífico.⁷

na AD, logo depois de ter ressoado com força no marxismo francês pela via do “teoricismo” de Althusser na década do 60. A sorte foi distinta dependendo da disciplina em questão, mas pensamos que há aí algo em comum.

⁵ Não é demais indicar que as leituras que Lacan, Derrida, Jakobson e o próprio Pêcheux (cfr. Gadet & Pêcheux, 1981) fizeram de Saussure, desde a Psicanálise, desde a Filosofia, desde o interior da Lingüística, enfim, desde a AD, não deixam de iluminar um objeto que *é da Lingüística*. Além disso, as operações que eles realizaram sobre o signo e a língua, *grosso modo*, a inteligibilidade de um objeto no lugar do contingente-singular-negativo, tem fortes antecedentes na tradição filosófica materialista.

⁶ Mais adiante, retornaremos a essa questão.

⁷ Na AD há um percurso evidente, há uma luta constante, um lugar onde se debate: o da conquista da “forma material” e o do abandono e “superação” da forma abstrata lingüística. Só que ninguém poderia nem

O conceito de *forma material*, tal como definido por Eni Orlandi, habita a fronteira de dois espaços teóricos: aquele da forma lingüística abstrata, cuja condição de possibilidade mesma é o conceito estrutural de valor, e o da materialidade, que traz toda a espessura da reflexão marxista althusseriana, à qual Pêcheux dá continuidade, sobre a materialidade dos processos ideológicos e discursivos. Podemos formular interrogativamente o “dilema” que ali assoma: genericamente, quais são as condições de possibilidade dessa conjunção do valor puro e da materialidade? Qual é a materialidade do funcionamento do valor? Ou acaso só se sustenta no lugar da operação intelectual da “forma abstrata”? Poder-se-ia responder que, na realidade, toda a empresa da AD supõe um esforço de resposta para essas (e outras) perguntas.

O conceito de valor instala, então, no seio da Lingüística e da AD, um princípio de funcionamento a partir da “pura negatividade” do significante que impede toda estabilidade de princípio no signo. Compreendemos isto nos termos em que Pêcheux (1975), ao refletir sobre a negação (*Verneinung* freudiana), afirma que “[o] fato de uma representação verbal e seu ‘contrário’ gramatical ou lógico estarem dessa forma ligados marca que as condições de uma separação (que isola a representação verbal da formação discursiva que lhe atribui um sentido, fazendo, assim, dessa representação verbal um puro significante) estão inscritas, como um traço universal, na sintaxe”. E, a partir daí: “Os significantes aparecem dessa maneira não como as peças de um jogo simbólico eterno que os determinaria, mas como aquilo que foi ‘sempre-já’ desligado de uma formação discursiva que lhe fornece seu sentido, a ser perdido no non-sense do significante” (p. 176).⁸ Dito isso da negação, uma coisa similar pode se dizer da homonímia.

Não temos como não ver que a própria materialidade da língua, algo que delimita e determina sua materialidade desde o seu funcionamento, é definida pelo funcionamento puramente negativo do valor. A negatividade pura não pode ser uma forma pura despojada de materialidade. Não se sai do domínio da negatividade e do valor puro para entrar, num segundo passo, na materialidade contingente: deve-se, pensamos, procurar o traço da matéria no valor puro e o traço do valor puro na matéria. A pureza do valor

pode conhecer antecipadamente todas as ramificações, todos os lugares onde a forma abstrata chegou a se constituir como evidência, sobretudo na prática do analista de discurso. E, de certo modo, essa oposição se parece com aquelas oposições filosóficas que não admitem superação: como se seu lugar fosse o lugar de uma eterna batalha... Gostaríamos de ver nesse lugar, em seus avanços e retrocessos, um lugar chave na “luta pelo materialismo” que se dá na AD.

Até onde sabemos, “forma material” é uma formulação que foi usada pela primeira vez por Hjemslev (1943-1957). Esse autor, em certo sentido, “explora” a materialidade em benefício da forma (abstrata), dilui a materialidade da interioridade e de toda exterioridade no funcionamento algébrico do signo: seu complexo esquema de metaníveis (e infraníveis ... aos quais reduz a matéria) não produz outra coisa senão isso. E aí temos a leitura de outro Saussure...

Queremos arriscar-nos a afirmar: *o lugar da forma material é mais saussureano que outra coisa... se o constituímos num esforço por dar ao “valor puro”, à diferença, a espessura material que reclama.* E o lugar da AD, o lugar de Pêcheux, é o da forma material. Isto é, se estamos de acordo, “qual Saussure?” parece uma questão prévia a esta outra: “qual Pêcheux?” Perguntas cuja respostas, longe de definir de forma precisa um estado de uma reflexão de dado autor, indicam tomadas de posição.

⁸ Ou, de outro modo: “A questão da imagem encontra assim a análise do discurso por um outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e constitui, mas a **imagem opaca e muda**, aquela da qual a memória ‘perdeu’ o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições)” (Pêcheux, 1983b: 55).

sempre-já-contaminada da materialidade lingüística e histórica. Gostaríamos de ver esta operação não como um escape daquelas formulações positivas (signo, nomenclatura), mas como um resgate de toda essa materialidade que ficou aderida nessas formulações, contra uma forma de identificar materialidade = positividade empírica que condenava a compreensão do valor puro, como conceito teórico, a um puro abstrativismo (isto é, contra o efeito de (ii)).⁹

A *materialidade do valor puro*. Em princípio, esta formulação convida a circular por espaços teóricos que têm dado predomínio, muitas vezes em disjunção, ou à materialidade ou ao valor puro; circular, não de maneira ingênua, mas invertendo o signo dos termos para, se se revela ao final do caminho como necessário, produzir sua ressignificação teórica.

MATERIALIDADE E SINGULARIDADE

Althusser e Pêcheux se defrontaram com aquele dilema, isto é, o de conjugar o funcionamento da negatividade e da materialidade. O primeiro, através de um “mal-estar”, manifesto em sucessivas voltas e reformulações, pelo modo como era compreendida a dialética do funcionamento do “todo complexo com dominante”; o segundo, com sua autocrítica contra o “narcisismo da estrutura” que se expressava num “modelo geral da equivalência interpretativa” (1983: 46-7). Podemos condensar essas duas retificações na seguinte afirmação:

(iii) No funcionamento do todo-complexo-com-dominante estava fatalmente alojado o perigo do “narcisismo da estrutura”. Ou, mais condensadamente, o perigo do domínio de um positivo sobre um negativo, o apagamento do princípio de funcionamento e a materialidade mesma do real.

A própria formulação era sintoma dessa fatalidade: “o dominante” do “todo complexo” incomodava, porque se constituía como um ponto de “origem” positivo no funcionamento de um complexo-estrutura que, na “boa” formulação (saussureana), não aceitava um funcionamento senão a partir da pura negatividade. Daí os reesclarecimentos e reformulações em torno de que a determinação é “em última instância”; daí o mal-estar de Althusser, que o levou a especificar, a circunscrever, e, no limite, a relativizar cada vez mais o papel dessa “última instância”; daí as urgentes delimitações que Althusser (em *Pour Marx*, mas também em *Elements d'Autocritique* e em *Soutenance d'Amiens*) sempre realizou entre o “dominante” e o “determinante”.¹⁰ O dilema de Althusser poderia ser resumido assim: como pensar o todo complexo com dominante, como pensar a determinação em última instância, sem deslizar para fora da “boa” estrutura, para o predomínio de um positivo sobre um negativo?

O teoricismo, o narcisismo da estrutura, o abstrativismo, são operações que em alguma instância implicam o apagamento de uma materialidade pela via de uma

⁹ Em semântica, a anulação da distinção valor-significação em favor desta última leva fatalmente à concepção realista-idealista de universos imanentes de significação (cf. Haroche et al 1971).

¹⁰ Cf. Althusser (1965; 1973), Pêcheux (1975: 163 e ss.)

injunção ideológica a uma positividade (a origem, o signo, o sujeito auto-consciente, o lugar da leitura “positivizada” do “todo complexo com dominante”¹¹...) que, paradoxalmente, *apresenta-se* como um resgate ostensivo de uma materialidade, a evidência empiricista da materialidade positiva. Não a materialidade primeira do valor puro, da negatividade.

Althusser se opôs ao teoricismo a partir da tese do predomínio da prática sobre a teoria; Pêcheux desloca o “fantasma sistêmico” dando predomínio ao acontecimento (estrutura como a fatalidade do processo-devir-estruturante do choque entre acontecimentos): não podemos não ver em ambos os percursos, primeiro, um movimento de resgate do material sobre “a idéia”, mas, possivelmente num nível mais profundo de seus gestos teóricos, um resgate da singularidade, ou melhor, um resgate da singularidade pela via de um resgate do material. É um resgate da singularidade pela matéria (sujeito material)¹², e não pela idéia (sujeito capitalista livre).

Parte da autocrítica de Althusser supõe deixar de compreender a Filosofia como “teoria da prática teórica”, e passar a compreendê-la como “luta de classes na teoria”. A primeira formulação só deixava possível pensar o efeito da teoria sobre a prática (teoricismo), mas a segunda não supõe uma simples inversão da primeira (efeitos da prática na teoria). Mais além, supõe a absoluta *imersão do sujeito em um processo material, portanto, em uma singularidade*. De fato, não há uma imersão em um processo no qual a singularidade se perde, ou está já-sempre perdida? Não é tal essa perda. Essa perda, em todo caso, se dá no funcionamento contraditório (nesse terrivelmente eficaz funcionamento que consegue apresentar essa “perda” como uma forma de “autonomia”) do sujeito capitalista, mas não no lugar do sujeito material.

No lugar do teoricismo, só se pode pensar a singularidade de um sujeito-da-ciência que, no limite, poderia ser visto como um sujeito intencional, heróico e nobre¹³, isto é, uma espécie de sujeito que, “de-fora”, era capaz de apropriar-se do político pela ciência.¹⁴

A autocrítica de Pêcheux supõe, como dizemos, o resgate do acontecimento frente a seu apagamento sob o “fantasma sistêmico”, o “narcisismo da estrutura” ou, o “ritual sem falhas”. Aqui tampouco há um retrocesso a uma noção de acontecimento puro no tempo (jogo); ao contrário, *“não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos”*

¹¹ Esclareçamos: colocando “vida” no pensamento de Althusser, não é só esse o lugar de seu pensamento...

¹² Isso é o que parece estar em jogo na seguinte afirmação de Haroche et al. (1971), dita em relação à anulação da distinção valor-significação operada na semântica lingüística: “(...) *une fois annulée la distinction signification-valeur, le principe d'unité de la langue peut parfaitement être réinscrit dans n'importe quelle idéologie posant l'universalité de l'esprit humain et l'interchangeabilité des sujets parlants. Ces ideologies semblent même pouvoir le fonder en donnant au concept de langue une apparente substance (...)*” (p. 100). A distinção valor-significação como garantia de singularidade.

¹³ Cf. Pêcheux (1975: 178).

¹⁴ De acordo com uma formulação de Pêcheux: “*o fantasma de um estranho sujeito materialista que efetua a apropriação subjetiva da política do proletariado*”, através de “*uma espécie de pedagogia da ruptura das identificações imaginárias em que o sujeito se encontra*” (1979: 298-9)

(1983: 56; o grifo é nosso). Pêcheux aqui traz a singularidade na forma de conjugar o acontecimento e a estrutura, ou seja, a conjunção entre ambos se dá numa existência (singular).

No lugar do impossível “ritual sem falhas” não há singularidade possível, desde o lugar do puro acontecimento se tem a impossível singularidade (abstrata?) fora da linguagem, fora da história, a pura irrupção de um evento no tempo.

O CHOQUE DAS INSTÂNCIAS

O primado da prática, o primado do acontecimento, o primado do equívoco, isto é, o primado da matéria, supõe de uma forma obrigatória e imediata uma conceitualização muito precisa da singularidade. A singularidade necessita ser pensada no lugar de uma “*negociação entre o choque de um acontecimento histórico singular e o dispositivo complexo de uma memória*” (Pêcheux, 1983b: 51; o grifo é nosso).

Talvez devêssemos nos prevenir de que esse “acontecimento histórico singular” de que fala Pêcheux supõe tanto o acontecimento do equívoco na língua (em contato com a história) como o acontecimento-no-mundo, a extrema complexidade dos fatos singulares no mundo¹⁵. Ou seja, gostaríamos de fazer mais presente nessa formulação o lugar do significante. Para nós, esse “choque” de que fala Pêcheux é um choque no qual o real-da-história (devir-estruturante do acontecimento) e o real-da-língua (o significante no funcionamento do valor puro) têm, ambos, um primado material¹⁶ (de-direito e de-fato) frente à memória-de-sentidos e à estrutura¹⁷, uma vez que esta última advém deles, procura domesticá-los e, no processo da eficácia do imaginário, dá-lhes um sentido.

Se compreendemos bem, esse é o sentido do resgate e deslocamento do sujeito pragmático em Pêcheux (1983a), um sujeito pragmático não meramente portador de intenções, mas investido de desejo.¹⁸ Ou seja, o desejo de estabilidade semântica já-ligado ao devir estruturante; o homem imerso na violência da singularidade material e seu único meio de sobrevivência: estrutura, sentido.

¹⁵ Nesse sentido, o trabalho de Orlandi a respeito da interpretação e da forma material – mesmo antes de Pêcheux (1983a,1983b), já indicam também a reflexão sobre esse lugar do singular: de um lado, o singular do real como primeiro; de outro, o singular do objeto da AD.

¹⁶ Se não se parte, de princípio, desse primado material, abrem-se as portas para o “teoricismo” e o “narcisismo da estrutura”. De fato e de direito o primado da diferença sobre qualquer fechamento e origem na estrutura.

¹⁷ Nas palavras de Pêcheux: “(...) a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa regularização e produzir retrospectivamente uma outra série sobe a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal, e que é assim o produto do acontecimento” (1983b: 52; os grifos são nossos).

¹⁸ Segundo Pêcheux (1983a): “O sujeito pragmático – isto é, cada um de nós, os ‘simples particulares’ face às diversas urgências de sua vida - tem por si mesmo uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica” (p. 33), e, logo: “De nada serve negar essa necessidade (desejo) de aparência, veículo de disjunções e categorizações lógicas: essa necessidade universal de um ‘mundo semanticamente normal’” (p. 34; os grifos são nossos)

No real-do-sentido¹⁹ não se tem sentido: o sentido vem do *non-sense*, mas não somente do *non-sense* do significante: também do *non-sense* do real-da-história. O real do sentido é o batimento entre o significante e o acontecimento; esse batimento produz estrutura, estritamente falando, um efeito-de-estrutura. Dizendo isso, pretendemos retirar a estrutura do lugar da origem, de seu predomínio sobre o acontecimento, mas não estamos negando o princípio da eficácia do imaginário, isto é, de seu retorno *nunca plenamente eficaz* sobre o real, ou seja, nunca conseguindo instaurar nele a estabilidade imaginária (fatalidade do ritual *com* falhas). Aquele batimento que colocamos no real-do-sentido é um batimento que se dá num mundo material²⁰ no qual existem-já instituições, no qual existem-já estruturas, rituais, “fixações”, que são do real enquanto efeitos da eficácia do imaginário, do retorno do imaginário sobre o real produzindo real, um real de uma estabilidade fatalmente finita por ser-real, isto é, fatalmente finita pelo primado do acontecimento, a falha e o equívoco (materialidade, negatividade).²¹

Real como devir-estruturante de acontecimentos; real produzido pela eficácia do imaginário: o que caracteriza com maior precisão esse lugar do real é o fato de possuir materialidade, *o real tem (é) materialidade* (a diferença tem materialidade: é um funcionamento material; uma estrutura tem materialidade; as idéias, os pensamentos, os sonhos, os rituais são materiais; o imaginário tem materialidade).

Esclareçamos de que modo usamos os termos “estrutura”, “estruturante”. Oportunidade para alguma especificação sobre instâncias, pontos de circulação, lugares de efeitos entre o real, o simbólico e o imaginário. Em nossa reflexão aqui temos colocado ênfase em uma concepção da eficácia do imaginário como um efeito de retorno deste sobre o real produzindo real. Esse é o lugar, justamente, da produção da estrutura enquanto estabilidade e homogeneidade. Estrutura-segunda que já acusa a eficácia do imaginário, que já tem dominante (todo com dominante, hierarquia), nesse espaço de retornos, de batimentos e refluxos que é o da eficácia do imaginário, real que

¹⁹ O interdiscurso não é o real do sentido. O real do sentido é aquele batimento-devir que produz estrutura. O real do sentido é o fato de que só há sentido na conjunção entre significante e acontecimento, produzindo um efeito de estrutura. Esse efeito (discursivo) é fixação (significado-significante), condição de possibilidade de toda formação (discursiva). O interdiscurso (a memória dos sentidos, as formações discursivas) é segundo em relação ao real do sentido e aos batimentos que o constituem. O todo-complexo-com-dominante é segundo em relação ao real da história e ao real da língua. De direito, o sentido pertence ao imaginário, mas seu efeito de retorno sobre o real constitui um real “já-grávido” de sentido, um real estabilizado, uma memória. Só aí há, a rigor, um “real-do-sentido-com-sentido”, mas pertencente à secundariedade da estrutura com dominante. Deve-se sempre explicitar essa secundariedade do interdiscurso: daí o desconforto que produz a convivência, na definição do interdiscurso, de formulações tais como “todo-complexo-com-dominante”, “intrincamento” das FDs, “predomínio da contradição sobre os contrários”... Evidentemente, o desconforto provém de que umas indicam, tendem, apontam para um funcionamento negativo, na diferença; enquanto outras apontam para um funcionamento na positividade.

²⁰ Mundo material que, obviamente, tem outra “fonte” de sobredeterminação no real-natural, ao qual não nos referimos diretamente aqui, ainda que de algum modo sempre deva estar presente. Aqui tentamos pensar, sobretudo, sobre a história e sobre a linguagem.

²¹ . Isto é, não se deve confundir um retorno do imaginário produzindo real, afetando o real, como uma atividade estratégica do sujeito que poria assim ordem no mundo. Se falamos em “eficácia do imaginário sobre o real”, nessa formulação que propõe uma relação entre essas duas instâncias, o predomínio de-direito sempre é do real sobre o imaginário. Exatamente essa é a filiação última do imaginário ao real, o lugar do real-do-imaginário, da materialidade do imaginário, da materialidade do sistema de autoevidências que dá unidade ao sujeito.

advém-sendo-constituído (também) de imaginário. Isto é, a eficácia do imaginário produzindo real funciona sob o modo da dominância, do estabelecimento de uma origem (de sentido, de formas, isto é, de poder).

O real-estabilizado, efeito de retorno sempre de uma eficácia do imaginário, é um lugar com tendência a diluir o acontecimento numa reprodução, mas, por ser-real, também nele (de direito) “aninha-se” o equívoco (transformação). Isto é, o real-estabilizado, produto da eficácia do imaginário, supõe o apagamento de uma materialidade. Se não houvesse eficácia do imaginário nunca haveria estrutura.²² A eficácia do imaginário é o princípio mesmo da estabilização.

Esse lugar, o da “estrutura”, deve ser estritamente distinguido do lugar do “estruturante”, que é o do real da diferença, princípio do devir-estruturante que já-sempre-está no acontecimento e no significante, na língua e na história.

No interior desse funcionamento, a realidade sempre é realidade-para-um-sujeito, ou seja, um sistema de autoevidências que constitui a realidade para ele. Se qualquer operação de estabilização ou homogeneização produz um apagamento de uma materialidade, a realidade do sujeito, em si, supõe esse apagamento (por exemplo, aquele apagamento que trazem os “esquecimentos” descritos por Pêcheux).

O sistema de autoevidências do interior da forma-sujeito (que tem “pretensões” sobre o real) nunca coincide, no entanto, com o funcionamento de fato da eficácia do imaginário – daí não se poder pensar num sujeito que, sabendo dessa eficácia, pudesse, através de uma espécie de cálculo (também heróico e nobre) controlar a efetividade dessa eficácia. No interior da forma-sujeito, o que se tem é um sistema de autoevidências que certamente tem a ver com o a eficácia do imaginário. Porém, a eficácia do imaginário não está nem no sujeito, nem no real, mas na contradição entre essas duas instâncias.

A tentativa nunca plenamente bem sucedida de estabilização do real pelo imaginário produz continuamente chistes, queda de evidências – ou, dito de outro modo, o desacordo entre o real do primado da diferença e as tentativas de diluí-lo na construção de positivities produz esse tipo de funcionamento que se nos apresenta como “anormal” pela nossa própria necessidade do lógico, homogêneo, estável: o sentido vem do *non-sense*, o chiste passa pelo *sense* (retorno do *non-sense*). Ilustrações daquela tentativa são a fala gramatizada e a escrita fonetizada, basicamente efeitos de uma eficácia do imaginário produzindo real. Na linguagem, a eficácia do imaginário, efeito-real-do-sentido, se acusa no signo, na gramática, no texto, nos estratos amarrados uns com outros para diluir o equívoco de uns e outros); na história, essa eficácia se acusa nas instituições, nas memórias instaladas, nas FDs intrincadas, que nos parecem ao mesmo tempo tão reais e tão imaginárias.

Essa é também uma forma de compreender a fatalidade e o radical materialismo daquela afirmação repleta de negação: *“não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências”* (Henry, 1984: 51-2).

²² Se não houvesse a eficácia do imaginário, todo sentido seria sempre possível e, mais do que sempre possível, necessário, porque não haveria memória: o impossível lugar no qual a cada instante caberia a pergunta: o quê?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fora da singularidade-origem que é pensada *para (e desde)* a forma-sujeito capitalista, tentamos aqui encontrar um espaço de singularidade na ligação do desejo-de-estrutura - a necessidade-de-estabilidade do animal-humano - com a singularidade inerente da matéria (tal como esboçamos aqui, processo estruturante de encontro de acontecimentos). A fatalidade de uma singularidade que surge “do aninhar” (sempre-já) do desejo-de-estrutura *na* matéria singular. A singularidade no real.

Face ao funcionamento do significante no valor puro e à irracionalidade do acontecimento, isto é, frente ao batimento da língua e da história, toda sociedade procura mecanismos de controle que tentam domesticar a imprevisibilidade desse encontro. O sentido é a primeira forma de controle desse encontro imprevisível entre língua e história.

A irracionalidade é a angústia da racionalidade. Se Pêcheux não houvesse existido, possivelmente outro teria falado disso, mas não tão bem como ele o fez.²³

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. (1965) *A favor de Marx*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2ª edição, 1979.
- _____. (1973) *Resposta a John Lewis*. Lisboa: Editorial Estampa.
- _____. (1974) “Elementos de Autocrítica”. In: ALTHUSSER, Louis. *Posições I*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.
- _____. (1975) “Sustentação de tese em Amiens”. In: ALTHUSSER, Louis. *Posições I*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.
- GADET, F. & PÊCHEUX, M. (1981) *La lengua de nunca acabar*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.
- HAROCHE, C.; HENRY, P. & PÊCHEUX, M. (1971) “La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours”. In: *Langages* 24.
- HJEMSLEV, L. (1943) “Lengua y habla”. In Hjemslev (1972).
- _____. (1957) “Para una semántica estructural”. In Hjemslev (1972).
- _____. (1972) *Ensayos Lingüísticos*, Madrid: Gredos.
- HENRY, P. (1984) “A história não existe?”. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) (1994) *Gestos de Leitura*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP.
- MILNER, J-C. (1978) *El amor de la lengua*. México: Nueva Imagen, 1980.
- ORLANDI, E. P. (1996) *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas, SP: Pontes, 2ª edição, 1998.
- _____. (1999) *Análise de Discurso – Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes.
- PÊCHEUX, M. (1975) *Semântica e discurso*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 3ª edição, 1997.
- _____. (1979) “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”. Anexo a PÊCHEUX, M. (1975).

²³ “[Ninguém] *pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ‘ousar pensar por si mesmo’*” (Pêcheux, 1979: 304).

_____. (1983a) *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2ª edição, 1997.

_____. (1983b) "Papel da memória". In: ACHARD, Pierre et. al. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.